

REPRESENTAÇÕES DA REPÚBLICA

Coordenação

LUÍS MANUELA.V. BERNARDO
LEONOR SANTA BÁRBARA
LUÍS ANDRADE

húmus

UTOPIA I E UTOPIA III: A CONTINUAÇÃO DE UM DIÁLOGO HUMANISTA

Maria do Rosário Monteiro*

RESUMO: Este artigo analisa a evolução da utopia literária, desde a sua origem na República de Platão até à obra de Thomas More, passando pela crítica de Erasmo de Roterdão e pela obra de Luciano. O texto discute a relação entre a utopia e a crítica social, bem como a sua função na literatura humanista.

A ligação da utopia literária com a república foi estabelecida logo no texto fundador do género, não de uma forma dogmática e seguidista, mas antes como atitude crítica, nomeadamente das propostas clássicas platónica e aristotélica¹. Ligada na origem ao domínio do imaginário, a *Utopia* de Thomas More assume a ambiguidade que caracteriza todo o texto moriano, a começar pelo nome que lhe define a essência, resultado de um jogo de palavras entre não-lugar ou nenhures e lugar feliz². Nascido da imaginação, mas partilhando com o *Morias Enkomion*, de Erasmo, uma profunda ironia, temperada pelas leituras de Luciano, a utopia teria de carecer, necessariamente, de qualquer ubiquação. A percepção desta característica foi formulada logo ainda em 1517 pelo humanista francês Guillaume Budé, ao baptizar a ilha moriana de *Udetopia*³, essa «Ilha do Nunca» que insiste em existir «num universo meta-espacial, sem nunca pertencer ao nosso tempo, uma vez que é essencialmente reserva de esperança»⁴.

* CHC-FCSH/UNL – Portugal

1. Sobre a crítica de More a Platão e Aristóteles ver, por exemplo, John A. Gueguen, “Reading More’s *Utopia* as a Criticism of Plato”, *Albion*, v. 10, 1978, pp. 43-54; Kevin Corrigan, “The Function of the Ideal in Plato’s *Republic* and St. Thomas More’s *Utopia*”, *Moreana*, v. 27, n.º 104, Dec, 1990, pp. 27-49; Cosimo Quarta, “More and Socrates”, *Moreana*, v. 40, n.º 156, Dec, 2003, pp. 85-102.

2. Todas as citações da *Utopia* de Thomas More reportar-se-ão à seguinte edição: Thomas More, *Utopia ou a Melhor Forma de Governo*, 2.ª. ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

3. *Ibid.*, p. 202.

4. Thomas More, *L’Utopie*, André Prévost (ed.), Paris, Nouvelles Éditions Mame, 1978, p. 653. Em nossa opinião, é este também o sentido da seguinte afirmação de Oscar Wilde: «A map of the world that does not include Utopia is not worth even glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing.», Oscar Wilde, *The Soul of Man under Socialism*, Whitefish, Kessinger Publishing, 2004, p. 13.

É-se frequentemente confrontado com a afirmação de que a utopia é um texto fechado. Aparentemente isso faz sentido, pois a perfeição não carece de mudança. Na grande maioria de utopias literárias, o texto apresenta uma proposta de organização política que tende a afirmar-se como a única viável. O autor indica o caminho ao leitor, tenta limitar-lhe a campo interpretativo. Contudo, não se deve esquecer que enquanto textos literários, as utopias partilham com as outras obras de arte de uma abertura que lhes é inerente. Como diz Eco, «cada obra de arte, ainda que produzida em conformidade com uma explícita ou implícita poética da necessidade, é substancialmente aberta a uma série virtualmente infinita de leituras possíveis, cada uma das quais leva a obra a reviver, segundo uma perspectiva, um gosto, uma *execução* pessoal»³.

Neste sentido restrito, a abertura da utopia pode ser vista na multiplicidade de utopias pós-morianas, que são, no fundo, momentos dialécticos, reinterpretações de utopias anteriores, ainda que ancoradas na realidade concreta do tempo histórico a que se propõem como alternativa.

Mas, no caso da *Utopia* de More, estamos perante um texto em que o grau de abertura é maior, havendo uma recusa deliberada de assumir o sentido único presente em tantas utopias e veiculado pela descrição que se assume como definitiva, proferida por uma autoridade incontestável. A utopia moriana é uma obra aberta em que a dialéctica se constitui como característica intrínseca do texto, desenvolvida pela sucessão de opiniões expressas por três personagens diferentes, recusando desta forma a leitura única⁵.

Talvez porque a *Utopia* de More é a obra fundadora do género, ela tem, em potência, todas as características que se tornaram evidentes em obras posteriores. Por exemplo, se se quiser centrar a atenção apenas na descrição da ilha de Utopia, pode afirmar-se que, para a realidade histórica do século XVI, aquele é um lugar feliz, porque não há fome, o horário de trabalho é reduzido (mesmo para os parâmetros actuais), a distribuição dos bens é equitativa. Porém, nesse espaço «feliz», persistem alguns traços distópicos: basta recordar a prática da escravatura, a igualdade

5. Sobre a temática da utopia como obra aberta, ver Fernando de Mello Moser, "A *Utopia* de Tomás More: Reflexões à Margem do 6.º Centenário de uma Aliança", in *Dilecta Britannia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 126; Fernando de Mello Moser, "*Utopia*: Its Challenges and its Secrets", in *Dilecta Britannia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 202.

compulsiva, deprimente, castradora da criatividade, ou o controlo rigoroso da liberdade individual.

Esta convivência dialéctica da utopia e da distopia surge reforçada pela própria estrutura do texto, dividido em dois livros de sentido geral antitético. O primeiro afirma-se como diálogo ao estilo socrático, onde personagens reais e ficcionais discutem as injustiças do mundo cristão, as arbitrariedades dos senhores, dos príncipes e dos reis, para além da dificuldade em influenciar positivamente os detentores do poder. O segundo livro surge como contraponto à realidade europeia, como alternativa racional, com aspectos positivos e outros contestáveis.

A antítese dialéctica da realidade vivida, isto é, na ilha de Utopia, está marcada pela presença incontornável da ironia, reforçada pela abundância de lítotes, pelo jogo de espelhos, pela criatividade linguística, em que os humanistas foram mestres exímios e More um dos seus expoentes⁶. Ao longo de todo o texto, o leitor é confrontado com palavras que contradizem o que o texto afirma, técnica que More apreciou particularmente em Luciano, cujas obras traduziu para latim, num trabalho conjunto com Erasmo. Ao longo de todo o livro segundo, o leitor é sistematicamente desafiado a pensar e a rever, ou até a reformular, a sua interpretação do texto. Nisto reside uma das marcas mais evidentes da modernidade estilística do texto moriano, uma das causas para o fascínio que continua a exercer nos leitores contemporâneos.

More escreveu para um público específico, para os seus pares, aqueles que detinham os instrumentos linguísticos, culturais e filosóficos que lhes permitiriam descodificar o texto, tentar resolver as contradições dialécticas. Conhecedor da realidade cultural inglesa, recusou traduzir o seu texto para inglês, ciente de que ele seria mal interpretado pelos “sábios ignorantes” e pelos parasitas do poder⁷. Diz More:

(...) tantos são os gostos humanos, tão remissos os intelectos de alguns, tão ingratos os sentimentos, tão irracionais os juízos (...). Há muitos que ignoram as letras, muitos que as menosprezarem. (...) Os presumidos de sábios menosprezam como trivial tudo o que não cintila com palavras fora de uso. Alguns

6. Sobre o uso de lítotes na *Utopia*, ver Elizabeth Mccutcheon, “Denying the Contrary: More’s use of Litotes in the *Utopia*”, *Moreana*, v. 31-32, n.º 146, Nov., 1971.

7. Moser, “*Utopia: Its Challenges and its Secrets*”, p. 200.

apenas gostam de velharias, à maior parte só lhes agrada o que é deles. Este é tão carrancudo que não admite um gracejo, aquele é tão insípido que não suporta uma ironia; tão entupido têm alguns o nariz que qualquer odor lhes causa receio (...); tão instáveis são outros que aprovam uma coisa, se estão sentados, e outra, se estão de pé.⁸

Em 1516, More propõe soluções e transformações que estão ainda na ordem do dia: a regulamentação do trabalho, da produção e da partilha dos bens, a ecologia. Como alicerce destas transformações, More destaca um programa de educação global que abrangesse os aspectos físico, intelectual, artístico, cívico, moral e religioso; a educação das mulheres, a educação permanente (a que hoje chamamos educação ao longo da vida). Uma sociedade culta, em que todos os seus membros possuam uma sólida formação humanista, social e cívica é, necessariamente, uma sociedade mais justa.

Tudo isto se encontra no texto de More. Mas, na perspectiva do autor, as soluções racionais dos Utopianos, e cito Fernando Melo Moser, «integradas num todo coerente, poderiam ser ajustadas, repensadas, ou simplesmente substituídas por outras, mais praticáveis talvez, mas de premissas humanas, racionais – e cristãs, evidentemente –, semelhantes às que o navegador português descreveu»⁹.

O confronto dialéctico do primeiro e do segundo livros devia deixar estas premissas claras no espírito do leitor. Mesmo assim, para prevenir a eventualidade de possíveis distrações, o próprio More, ao fechar o segundo livro, esclarece o leitor sobre a forma como se deve entender o discurso de Rafael:

Logo que Rafael acabou de fazer esta exposição, embora não [fossem] poucas as questões que me subiam ao espírito, pois nos costumes e nas legislações daquele povo me parecia haver instituições demasiado absurdas (...) pegando-lhe na mão, levei-o para dentro para tomarmos a refeição, não porém, sem antes lhe ter dito que precisávamos de encontrar mais tempo para repensarmos mais a fundo naqueles temas, e para conversarmos mais longamente com ele.

8. More, *Utopia*, pp. 222-223.

9. Fernando de Mello Moser, "O Ideal Comunitário de Tomás More", in *Dilecta Britannia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 133.

Entretanto, se não posso prestar assentimento a tudo o que foi dito, também me é fácil confessar que muitíssimas coisas há na terra da Utopia que gostaria de ver implantadas nas nossas cidades, em toda a verdade, e não apenas em expectativa.¹⁰ (More, 2006, p. 673)

Ou seja, More conclui a *Utopia* lançando um desafio ao leitor, para que continuasse o diálogo com o revolucionário Rafael Hitlodeu, esse arcanjo guia que cura a cegueira dos povos¹¹, para que repensasse e analisasse criticamente o que lhe fora apresentado, em suma, para que lapidasse racionalmente a utopia, dentro dos valores humanistas.

O caminho seguido pela maioria dos utopistas posteriores não foi tão liberal para com os leitores, e mesmo os desiludidos do mundo, os descrentes das capacidades humanas, em suma, os autores de distopias optaram, frequentemente, por nos apresentar textos «fechados», propostas normativas de carácter positivo ou negativo sem convite, implícito ou explícito, à refutação. A dialéctica moriana foi ignorada. A abertura, restringida em benefício da norma.

Quando a distopia parecia destinada a dominar definitivamente a história da literatura utópica, inicia-se, em meados do século XX, um lento movimento de recuperação relativa do ideal utópico, uma síntese que tentasse resolver os conflitos entre a utopia e a distopia. Refiro-me às utopias ambíguas, como, por exemplo, *Island*, de Huxley, a terceira alternativa a que o próprio autor se refere no prefácio da edição de 1946 de *Brave New World*, ou *The Dispossessed*, de Ursula Le Guin¹². Assumindo que a perfeição é inatingível, as utopias ambíguas propõem sociedades que tendem para a perfeição, que assumem que haverá sempre desvios e que as propostas de organização social e política devem ser passíveis de revisão, de modo a se ajustarem à evolução inerente às sociedades humanas,

10. More, *Utopia*, pp. 414-415.

11. Sobre o nome de Rafael Hitlodeu ver Elizabeth Mccutcheon, "Thomas More, Raphael Hythlodæus, and the Angel Raphael", *Studies in English Literature, 1500-1900*, v. 9, n.º 1, 1969.

12. Para uma informação mais completa sobre esta evolução da utopia a partir da segunda metade do século XX, sugiro a leitura de: Krishan Kumar, *Utopia and Anti-Utopia in Modern Times*, Oxford, Basil Blackwell, 1987; Peter Ruppert, *Reader in a Strange Land: The Activity of Reading Literary Utopias*, Athens, University of Georgia Press, 1986. Aldous Huxley, *Island; A Novel*, Londres, Chatto & Windus, 1962, Aldous Huxley, *Brave New World*, Londres, Chatto & Windus, 1946; Ursula K. Le Guin, *The Dispossessed: An Ambiguous Utopia*, Nova Iorque, Harper & Row, 1974.

às condições socioculturais, aos conhecimentos científicos e, talvez mais importante, à natureza humana em toda a sua complexidade.

É neste movimento que se integra a *Utopia III*, de Pina Martins¹³. Não estamos perante uma continuação *stricto sensu* do texto moriano, mas de uma proposta que faz jus às palavras finais de More na *Utopia*: há, no relato de Rafael, muitas coisas que devem ser racionalmente equacionadas, repensadas e reformuladas. Por outro lado, todas as sociedades humanas têm uma história que espelha a sua evolução. Qual será a situação da sociedade utopiana no final do século XX? E da sociedade portuguesa? Com estas perguntas em mente, Pina Martins desenvolve um texto que desafia o leitor a descobrir, através da crítica à sociedade portuguesa e à sociedade utopiana, qual o caminho para uma nova utopia, mais viável, mais respeitadora do indivíduo, mais racional e equilibrada, enfim, uma sociedade humanista em constante construção, capaz de aceitar o erro e de o corrigir, reconhecendo os limites da capacidade humana.

Na *Utopia III*, não encontramos um outro monólogo hitlodaico precedido de um diálogo crítico da contemporaneidade, antes somos confrontados com uma longa conversa, dividida em três partes, protagonizada por Pina Martins-personagem e o seu heterónimo Miguel Marco Hitlodeu. O médico celeste foi, no texto português, substituído pelo arcanjo guerreiro comandante das hostes divinas que é, ao mesmo tempo, Marco, o primeiro anunciador da boa-nova, o primeiro evangelista do novo mundo, 480 anos depois daquela que é considerada como a melhor edição da *Utopia* de More – a de Novembro de 1518.

Espacialmente, o discurso decorre predominantemente nos três lugares de eleição de Pina Martins: a Fundação Calouste Gulbenkian, a Academia das Ciências e a Biblioteca de Estudos Humanistas, nome que Pina Martins dá à sua biblioteca pessoal, aquela onde, ao longo de 54 anos – são 54 as cidades de utopia – reuniu uma vasta colecção onde se encontram 69 exemplares de outras tantas edições da *Utopia* de More¹⁴. No

13. José de Pina Martins, *Utopia III*, Lisboa, Editorial Verbo, 1998.

14. Foram em número de 70 as edições da *Utopia* colecionadas por Pina Martins, mas a de Novembro de 1518, na qual tinha tanto orgulho, foi por ele oferecida à Biblioteca Nacional de Lisboa para colmatar a grave lacuna do espólio nacional, que não detinha nenhuma edição valiosa da obra de More. Sobre a formação da biblioteca pessoal do Prof. Pina Martins sugiro a leitura de José de Pina Martins, *Histórias de Livros para a História do Livro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

diálogo entre Miguel Marco e Pina Martins, este último assume o papel que More afirma ter de ser desempenhado numa outra conversa com o marinheiro português, para que se faça um exame racional que obrigue a repensar e reavaliar as propostas da nova utopia, agora descrita como um arquipélago de três ilhas. Continuamos sem saber onde fica esse estado quase perfeito, mas descobrimos que muita coisa mudou desde 1516 naquele lugar feliz: foi abolida a escravatura; foram desenvolvidos os estudos humanistas; as bibliotecas proliferaram pelas três ilhas como uma produção controlada de cogumelos; o isolamento da ilha é quebrado periodicamente, de forma racional e controlada, pelo envio de embaixadores utopianos que percorrem o mundo exterior a fim de levarem para a Utopia as descobertas e as novidades que permitem a evolução¹⁵ – depois de uma cuidada descontaminação; entenda-se –; foi reinstituída a prática da propriedade privada, o regime político é uma democracia sem partidos e de eleições sucessivas em pirâmide, etc.¹⁶

Ao leitor da *Utopia III* fica a tarefa de procurar a alternativa, confrontando as informações sobre Portugal e o arquipélago utopiano. Miguel Marco é um crítico feroz, mas justo, do nosso mundo português contemporâneo, muitas vezes secundado por Pina Martins-personagem. A ignorância, a cupidez, a desordem e o orgulho são defeitos severamente criticados, tal como a futilidade, a ganância, a gula e a vaidade. Por sua vez, Pina Martins assume a missão de tornar difícil a vida de Miguel interrogando-o, sempre com a atitude crítica de quem quer avaliar a justeza e viabilidade das decisões utopianas e não ser apenas voz passiva, reprodutor inócuo, que não fuge à crítica, obrigando o opositor a reconhecer os defeitos utopianos. E qual é o maior defeito, aquele de que os utopianos têm de ser sistematicamente afastados por governantes atentos? A

15. De notar que esta transformação, esta proposta de abertura controlada ao mundo exterior, foi apresentada por Francis Bacon na *Nova Atlântida*, em 1626: *That every twelve years there should be set forth out of this kingdom two ships, appointed to several voyages; That in either of these ships there should be a mission of three of the Fellows or Brethren of Salomon's House, whose errand was only to give us knowledge of the affairs and state of those countries to which they were designed, and especially of the sciences, arts, manufactures, and inventions of all the world; and withal to bring unto us books, instruments, and patterns in every kind.* (Francis Bacon, *New Atlantis. 1626*, Center for Thomas More Studies, 2003, disponível em www.thomasmorestudies.org). Também Miguel Hitlodeu é um embaixador de Utopia, nomeado oficialmente, e com a missão de levar para a república utopiana informações, livros e objectos que possam vir a ser úteis ao desenvolvimento social, cultural, económico e científico da Utopia.

16. No capítulo 64-34 de *Utopia III* é apresentada uma resenha das diferenças fundamentais, para a qual remeto o leitor.

tentação do supérfluo. Qual o preço que pagam pela vida organizada, as águas límpidas, a alimentação saudável, a educação e o apego às regras, a segurança e a tranquilidade?

Todos e cada um sentiam que seria necessário um génio criativo extraordinário para recriar a vida e dotá-la do sal e do sabor que não eram apanágio de um país tão justo, tão harmonioso, tão completo, tão perfeito.

O próprio embaixador utopiano, acérrimo defensor do seu país, desabafa a certo momento:

Mesmo com tantos defeitos, com tanta porcaria, [Lisboa] continua a ser para mim uma terra de sortilégio, de encanto indizível e permita-me que lhe confesse, do mais fundo da minha alma, que eu desejaria viver sempre aqui e aqui terminar os meus dias. Na Nova Utopia o meu ritmo existencial é demasiado monótono. A ordem é demasiado repetitiva. Há limpeza, respeito, educação, mas os meus queridos conterrâneos não são dotados de originalidade imaginativa, de criatividade. Há uma relativa perfeição, uma relativa felicidade, uma relativa abundância, uma relativa satisfação, uma relativa alegria de viver. A vida verdadeira, porém, é feita de luz e sombra.¹⁷

Mas este apaixonado por Lisboa é um crítico violento da ignorância dos professores universitários, da menoridade do ensino, da incompetência dos políticos, da corrupção das classes dirigentes, da mesquinhez, ignorância e falta de pudor dos jornalistas, da paralisação do sistema judicial, dos intelectuais que apenas buscam honrarias, ou da retórica bacoca e estéril dos parlamentares portugueses.

Porém, contraposto a estes graves defeitos da sociedade portuguesa, que corroem a felicidade e lançam Portugal no caminho da distopia, há sempre, no texto de Pina Martins, a apresentação de defeitos utopianos. Por exemplo, a dado momento do diálogo, Pina Martins questiona a qualidade da justiça utopiana e Miguel retorque, num tom onde se sente o desconforto do embaixador:

17. Pina Martins, *Utopia III*, p. 106.

Dir-se-ia que o meu caro professor procura sistematicamente caricaturar os meus propósitos. Já lhe disse e repito que há crimes em Utopia, que existem roubos, que se cometem agressões, embora numa pernonagem modesta se comparada com a do vosso mundo não utopiano. As nossas leis não serão justas em sentido absoluto porque os nossos legisladores são homens como os vossos. O absoluto não é deste mundo, nem mesmo do mundo utopiano.¹⁸

Esta é a chave da nova utopia: a perfeição, inatingível ao homem, é substituída por “um caminho para” um mundo melhor. Um percurso feito de avanços e recuos, mas sempre com os olhos no objectivo supremo.

Ao despedir-se, Miguel deixa o seu último testemunho, num tom que contrasta vivamente com as palavras finais de Rafael na *Utopia* moriana. A descrença do primeiro mensageiro é substituída pela fé do segundo:

Creia, meu caro professor, vou sentir muitas saudades suas e deste poluído, corrupto e poluente país, contaminado e desordenado espaço onde nasceu o meu antepassado Rafael. Vou ter saudades, não obstante, da sua pátria. Como homens somos todos imperfeitos, embora sejamos talhados para a suprema perfeição. Olhe para este rio já tão impuro: Mas erga a cabeça e admire a pureza imaculada deste céu tão azul e tão límpido.¹⁹

A concluir fica uma pergunta: Por que motivo, num país que tem tão pouca aptência para escrever utopias, como é o caso português, o texto de Pina Martins foi completamente ignorado nos últimos 12 anos? Não foi certamente por lhe poderem apontar falta de qualidade literária, pouca informação, má preparação, recurso a soluções fáceis. Nenhuma destas acusações pode ser lançada sobre *Utopia III*. Então talvez seja porque os políticos não gostaram da forma como foram retratados, alguns «monstros sagrados» da cultura não gostaram de ver expostos os seus pés de barro, os académicos irritaram-se por serem acusados de ignorantes, os jornalistas sentiram-se ofendidos no seu pelouro de detentores da verdade, em suma, porque as elites não gostaram do texto e os leitores portugueses preferem 600 páginas de leitura inócua a 565 de uma escrita que os desafie a pensar e que os obrigue a ir ao dicionário. Incapazes de elaborar uma crítica

18. Sublinhado nosso. *Ibid.*, p. 516.

19. Sublinhado nosso. *Ibid.*, p. 565.

construtiva, cientes da justeza de muitas das acusações que são feitas, as elites portuguesas recorreram ao veto de gaveta e o público fez aquilo que tão bem sabe: olhou para o lado, assobiou, e correu a comprar a revista com os resumos das telenovelas e os últimos escândalos do pseudo jet-set nacional, cantarolando para com os seus botões: *O que será, será.*